

ENTREVISTA COM DENNY MOORE (DM) POR LUCIANA STORTO (LS)*INTERVIEW WITH DENNY MOORE (DM) BY LUCIANA STORTO (LS)**Denny Moore¹**Luciana Storto²*

Esta entrevista apresenta ao leitor a carreira do linguista Dennis Albert Moore, que trabalhou com línguas indígenas no Brasil desde a pesquisa de campo que se iniciou na década de 1970 e culminou em seu doutorado em 1984, e atuou como pesquisador no Museu Paraense Emílio Goeldi em Belém, Pará. Moore orientou e auxiliou muitos estudantes brasileiros a se formar em descrição e análise de línguas indígenas e a estudar no exterior com bolsa de doutorado, criando um grande impacto no campo da linguística indígena na época (década de 1990). A entrevistadora, Luciana Storto, é uma dessas pessoas, que, ao voltar para o Brasil, se inseriram como pesquisadores nas instituições do país. Moore também deu apoio institucional a estudantes do exterior que hoje privilegiam em pesquisas o estudo de línguas indígenas do Brasil. Dedicou grande parte de sua carreira a desenvolver institucionalmente a linguística no Museu Paraense Emílio Goeldi e atuou e atua junto a comunidades indígenas em projetos econômicos e educacionais. Trabalhou, ainda, em censos populacionais e sociolinguísticos e contribuiu para mapear a situação das línguas indígenas do país. Casou após aposentar-se e teve um filho, que hoje está com aproximadamente 5 anos. Sua tese de Ph.D. foi um dos primeiros trabalhos formalistas em uma língua indígena do Brasil. Denny Moore, influenciado pelo gerativismo, na época a gramática transformacional, descreveu a língua Gavião de Rondônia (subfamília Mondé da família linguística Tupi) através de um sistema formal, tendo inclusive se utilizado de árvores sintáticas para explicitar as estruturas da língua. Ano que vem Denny Moore completa 80 anos. Como participante da sua história eu queria dedicar esta homenagem a ele, que com sua inteligência, generosidade, dedicação e coragem tanto contribuiu para a área de línguas indígenas no Brasil. O seguinte link: https://youtu.be/bA5400_paNo?si=UPNQaE4CCOtAanLu traz uma matéria interessante produzida pela CUNY TV, onde um pouco da trajetória de Denny Moore é contado.

LS: Você nasceu nos Estados Unidos e veio fazer pesquisa e trabalhar com línguas indígenas no Brasil. Conte um pouco sobre a sua infância e adolescência e como ela influenciou sua carreira.

DM: Olha, Luciana, eu fui criado numa fazenda próxima a Midland, Michigan, nos Estados Unidos, onde está a sede da empresa Dow Chemical. Lá havia duas tradições, basicamente. Uma era

¹ Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) - pesquisador titular aposentado, moore@marajo.secom.ufpa.br, <https://orcid.org/0000-0001-6249-1317>.

² Universidade de São Paulo (USP), storto@usp.br, <https://orcid.org/0000-0003-3012-6862>.

a dos agricultores pequenos - e minha família era dessa tradição, mais regional. Eu fui criado no meio do mato, fazendo coisas na floresta. A outra tradição era a dos profissionais técnicos lá da companhia - engenheiros, químicos, outros cientistas. Então, fiquei entre as duas tradições. Hoje em dia, com a linguística indígena, temos a tradição regional - tem a floresta, tem as pessoas tradicionais, mas tem ciência e técnica também. Me sinto muito confortável nessa profissão.

LS: Quando você saiu de casa, para onde você foi e o que você foi fazer na vida?

DM: Aos 17 anos, eu fui para a Universidade de Michigan para estudar engenharia química, o que um rapaz de Midland deve fazer, né? Mas a engenharia naquele tempo era “seca”. Os interesses intelectuais dos engenheiros eram limitados, eu achei. Mudei para as ciências de comportamento: antropologia e psicologia. Antropologia te deixa ver a realidade para além dos mitos e práticas da sua própria cultura. Psicologia dá para entender a função da mente, como o indivíduo é social, como funciona a personalidade, e outras coisas. Logo depois da minha graduação (era a época da guerra do Vietnã), eu fui forçado a entrar no exército. Fui formado para ser enfermeiro de combate. Felizmente, escapei disso, e trabalhei numa clínica de psiquiatria durante um ano e meio. Foi muito útil para aprender a analisar e avaliar pessoas.

LS: Qual foi a sua formação superior? Onde você fez graduação e pós-graduação?

DM: Fiz primeiro psicologia na Universidade de Michigan e depois estudei antropologia na pós-graduação na CUNY, na City University of New York, como eu pretendia fazer. Só que fiquei interessado em linguística durante o curso de antropologia, pensando na barreira que seria a linguagem no trabalho de campo. Eu achei interessante conhecer mais sobre a linguística para poder contornar essa barreira, e também porque a linguística é muito útil para a antropologia, a etnologia. Gostei muito das aulas de linguística, e então resolvi fazer minha tese nessa área. Tinha professores interessantes: o Terry Langendoen, que fez doutorado em três anos no MIT, e a Sally McLendon, que é da tradição de linguística descritiva de Berkeley, também muito inteligente. Posteriormente, quando estava fazendo o doutorado, passei um tempo trabalhando com o Geoffrey Pullum e o Jorge Hankamer, o que foi útil.

LS: Por que, de todos os lugares que você poderia ter ido para pesquisar línguas indígenas, você escolheu o Brasil? Como foi seu primeiro trabalho de campo com os Gavião em Rondônia?

DM: Por que decidi fazer trabalho de campo no Brasil? Bom, quando eu estava escolhendo um lugar para trabalhar, alguém em Nova York me informou que as línguas mais desconhecidas do mundo estavam na Amazônia e na Nova Guiné. Gostei muito da ideia de ir para a floresta, é claro, por causa das minhas origens. Entrou na minha cabeça a ideia de trabalhar com uma língua e contribuir para o desenvolvimento dessa área. Havia vários grupos indígenas arredios ainda sem contato em Rondônia, e muitas línguas sem descrição lá. Então achei que seria um lugar bem interessante para fazer pesquisa. Fiz o pedido para a National Science Foundation, consegui um auxílio e fui para o Brasil.

LS: E você morou anos na aldeia com os Gavião estudando a língua deles. Como foi esse tempo?

DM: Passei de 1975 a 1978 no Brasil - 3 anos - porque ficava doente de vez em quando e tinha que adiar as viagens por causa de alguns problemas. Fiquei 30 meses no campo na aldeia Gavião. Eu saía de 5 em 5 meses por 1 ou 2 semanas geralmente. Tive problemas de falta de dinheiro, problemas de saúde, e foi bem complicado trabalhar com uma língua tonal e sem estudo profissional prévio. Porém, os Gavião eram super legais, inteligentes e me ajudaram bastante. Eu trabalhava com uns falantes super competentes, e eu não estava muito a fim de sair de lá, de fato. A floresta era incrível. O que complicou as coisas é que havia muitos grupos indígenas entrando em contato, muitos grupos arredios, quando eu estava lá, e isso tinha como resultado que muitas pessoas estavam morrendo em vários grupos indígenas. Foi uma questão que sempre me preocupou: o que fazer para cuidar desse problema. Conhecendo de perto os profissionais envolvidos no contato, deu pra ver que eles tinham pouca competência, pouco interesse em proteger os grupos. Eles estavam mais usando os indígenas para obter fama, para serem reconhecidos como sertanistas. Então isso complicou as coisas. Consegui ajudar os Zoró promovendo a vacinação - preparei pessoas entre os Gavião para pensar sobre a vacinação dos Zoró e depois, a partir dos EUA, enviei cartas encorajando uma ação nesse sentido quando os Zoró apareceram na reserva dos Gavião. Não consegui, infelizmente, alcançar os Suruí. Os Cinta-Larga estavam entrando em contato e ficando doentes e muitos deles morreram quando eu estava fora. Meu trabalho de campo naquele tempo foi descrito em um capítulo de um volume sobre o tema trabalho de campo, que foi publicado na Rússia (disponível no link <http://www.etnolinguistica.org/biblio:moore-2017-fieldwork>).

LS: Porque o contato da sociedade nacional com esses povos Mondé de Rondônia foi nessa época, então eles tiveram todas as doenças infecto-contagiosas, não é mesmo? Depois disso, por que você decidiu sair dos Estados Unidos e fazer carreira no Brasil?

DM: Então voltei para os Estados Unidos. Eu estava doente, sem dinheiro, sem emprego, nada, e continuei minha análise dos dados, e terminei o doutorado em 1984. Estava muito interessado em voltar para continuar com a pesquisa, porque é muito interessante a pesquisa em Rondônia e com os povos indígenas de lá. Quis voltar pelos povos também, pela floresta e tal. Também gostei do Brasil e da criatividade e simpatia dos brasileiros. Estava procurando, mais que qualquer outra coisa, uma maneira para voltar para o Brasil e continuar o trabalho.

LS: Você escolheu o Museu Paraense Emílio Goeldi (Belém, Pará) para trabalhar. Foi contratado lá? Como funcionou seu período do Goeldi?

DM: Olha, foi um linguista poderoso no Brasil que me indicou para essa bolsa. Isso me ajudou muito. Não conhecia o Museu Goeldi. Pessoas falaram para mim que não seria interessante, mas eu achei que poderia ser interessante. Tinha antropologia e linguística. Eu queria realizar pesquisas

antropológicas, ainda. Eu fui para o Brasil com esse intuito. Chegando em Belém, trabalhando no Museu Goeldi, eu vi que tinha muito talento lá e que tinha muitas possibilidades para desenvolver coisas. Então, acabei optando por trabalhar na linguística.

LS: Como foi o início do trabalho no Goeldi?

DM: Bem, encontrei subdesenvolvimento, algo eu não conhecia realmente, exatamente, nessa forma institucional. Não havia infraestrutura; tinha possivelmente uma dúzia de livros que eram úteis e nem tinha gravador na Área de Linguística. Então, analisando o que estava acontecendo, eu comecei a entender mais sobre o subdesenvolvimento, que não é falta de alguma coisa, mas é um sistema que quer se reproduzir e quer se manter. O que foi positivo no Goeldi foi que tínhamos um estágio que podia ser utilizado para treinar pessoas, recrutando os bons alunos. Tinha uma tradição de coleções, e pouco a pouco entendi que pode ser muito interessante em termos de arquivar gravações, ter registros de línguas. E eu tive muita liberdade para fazer pesquisa. O diretor me encorajou muito.

LS: Quanto tempo você trabalhou no Goeldi e em que regime de trabalho?

DM: Olha, trabalhei 14 anos sem contratação, em várias capacidades, como bolsista, como consultor, com contrato temporário. Estava trabalhando provavelmente 80 horas por semana naquela época. Finalmente, fui contratado depois de receber aquele Prêmio MacArthur (1999), porque estava ficando vergonhoso, já que eu recebi a Medalha de Honra ao Mérito do CNPq em 1995 e ainda não tinha emprego. Depois disso, trabalhei mais 13-14 anos, contratado.

LS: E o que você fez lá na Área de Linguística do Museu Goeldi?

DM: Bom, tentei fazer uma administração boa, o que você deve fazer para desenvolver a instituição. Uma coisa foi a infraestrutura: procurar livros, procurar revistas, procurar aparelhos, procurar móveis. Outra coisa foi o recrutamento, que é sempre 50% do esforço. Identificar os bons alunos, recrutar pessoas para cooperação: tanto pesquisadores nacionais como também pesquisadores internacionais. Por exemplo, o Spike Gildea veio como visitante ao Goeldi, também o Francisco Queixalós, o Hein van der Voort, o Sebastian Drude e o Julian Meyer. Todas essas pessoas ajudaram. Vários alunos ajudaram - você mesmo já estava elaborando projetos de pesquisa quando tinha bolsa de aperfeiçoamento do CNPq. Então, a tarefa foi recrutar pessoas e tentar coordenar isso. Começamos a fazer treinamento com estudantes. Para os alunos foi inicialmente orientar atividade de campo e análise básica, e depois tentar facilitar o estudo avançado. Fizemos projetos para pesquisa e projetos práticos para ajudar as comunidades indígenas.

LS: Eu fiz parte de um seleto grupo de 12 alunos brasileiros que você formou, na época (1999), como pesquisadores, desde a graduação, e que depois você encorajou e recomendou para fazer doutorado no exterior. Nem todos eram de Belém, você conseguiu bolsa de aperfeiçoamento do CNPq

para eles. Conte como esse processo de formação de alunos começou e como ele se desenvolveu. Eu contei 12, eu não sei se eu contei certo.

DM: Até agora do Museu Goeldi, dos bolsistas, uns 23 foram para a pós-graduação.

LS: Não, mas eram 12 alunos que foram fazer doutorado no exterior antes de você ganhar o prêmio MacArthur.

DM: Antes do MacArthur, pode ser, não sei. Mas, até agora (maio de 2019), são 23 para pós-graduação; 18 terminaram o doutorado, desses 16 no exterior. A razão para o treinamento no exterior é para trazer para o Brasil os últimos avanços de teoria e metodologia. Lá tem uma variedade de teorias, uma riqueza teórica muito grande. Também é um processo de colonização reverso. Nós colaboramos com vários centros lá e criamos uma rede de apoio não missionária, o que pode ajudar o Brasil. Começou com alunos locais da Universidade Federal do Pará, treinando estes jovens em conceitos básicos, métodos de campo com Nheengatu. Depois foi expandindo o recrutamento: pessoas do Nordeste, de São Paulo, de Goiânia. Vários alunos foram para o Linguistic Institute (da Linguistic Society of America) nos Estados Unidos como um passo para se preparar para estudar no exterior. Há muito talento no Brasil - a questão é dar o treinamento necessário e orientação, para aproveitar o talento. Os missionários, que eram dominantes quando eu cheguei no Brasil, não tinham interesse nisso. O sistema subdesenvolvido, a velha guarda, também não tinha interesse em ver as coisas se desenvolverem. Mas, é possível e é bem interessante apostar nisso.

LS: Então, você ganhou o prêmio MacArthur em 1999 por ter sido responsável pela formação de 12 brasileiros no exterior entre outras coisas, na área de línguas indígenas, e isso aumentou significativamente o número de pesquisadores atuando na área naquela época. Eu queria te perguntar se isso te surpreendeu e como o prêmio te ajudou nos seus propósitos, e o que aconteceu depois disso?

DM: O prêmio MacArthur foi em 1999. Fiquei surpreso. Olha, o MacArthur premia a originalidade. Infelizmente, pessoas trabalhando em desenvolvimento é uma raridade. Eles acharam que isso foi criativo, né, porque as pessoas não costumam se dedicar a isso. Perguntei para o Roberto Zavala, uma vez em Oregon, quantos alunos mexicanos estavam estudando no exterior em linguística indígena. Ele levantou um dedo — somente ele. Depois de tantos pesquisadores norte-americanos lá, eles fizeram tão pouco em termos de treinamento e desenvolvimento. Eu achei muito irresponsável, uma vergonha, e é uma perda para a ciência. Então, no fim isso foi reconhecido. Como resultado imediato teve a contratação. Financeiramente, o prêmio foi igual, acho, a 18 anos de meu salário (baixo) naquele momento. Eu sempre paguei muitas despesas dos alunos: taxas de inscrição para fazer TOEFL, taxa para GRE, ônibus para ir fazer TOEFL, equipamentos, etc. Então tudo voltou com grandes taxas de juro. O Pai Tupã devolveu isso pra mim, o que foi muito legal, facilitou bastante,

deu uma certa proteção. Um efeito negativo foi a inveja; o poderoso que tinha me ajudado já estava incomodado com o sucesso do Goeldi e me enviou uma carta depois do MacArthur magoado, etc. E tempos depois começou a fazer ataques durante anos, mas já era tarde demais, e a Linguística do Goeldi continuou de qualquer maneira. Mas é uma coisa que acontece, não é inesperado. Você sempre tem que lidar com esse tipo de coisa.

LS: Faz parte da natureza humana.

DM: Faz parte.

LS: Além de formar alunos para estudar as línguas indígenas, você desenvolveu a Área de Linguística do Goeldi, fez projetos de ajuda financeira junto a vários povos indígenas, desenvolveu a instituição, e eu gostaria que você me contasse sobre o que você aprendeu nesse processo, o que deu certo e o que não deu, e se você teria feito algo diferente.

DM: Os projetos foram de ajuda prática, não particularmente de ajuda financeira. Muitas pessoas também fizeram o desenvolvimento no Goeldi: bolsistas, professores e pesquisadores visitantes, os alunos que voltaram depois do doutorado. Os projetos práticos foram de alfabetização, de documentação, de economia alternativa. Analisando isto, são os mesmos princípios de boa administração de sempre: você precisa de pessoas competentes, responsáveis, tem que usar métodos que dão resultados concretos. Também com os grupos indígenas tem que aproveitar ao máximo da inteligência do povo, escutar seus conselhos. Frequentemente eles te ajudam, eles te dão dicas. Também, tem uma maneira de incorporar o trabalho deles, que ajuda bastante. Tem que trabalhar em cooperação: você não manda neles, eles não mandam em você. A longo prazo tem que dar certo para todo mundo.

Aprendi que tem muitos projetos que são falsos ou inúteis. Vários grupos indígenas estão com um pé atrás com “projetos” uma vez que tiveram muitos que não produziram resultados concretos significativos, permanentes. Nos projetos de alfabetização indígena, por exemplo, tem projetos onde as pessoas realmente não estão aprendendo a escrever consistentemente. Tem documentação, onde pessoas estão fazendo gravações, mas depois as gravações ficam perdidas; podem ser de boa qualidade (ou não), mas não são permanentes. Está acontecendo também no treinamento de indígenas. Eu conversei com um indígena em Rondônia que foi indicado pela SEDUC como linguista indígena que ia deixar os outros linguistas, brancos, obsoletos. Aí perguntei para ele: “você estudou fonética - como descrever e transcrever sons?” Ele disse que não. “Você aprendeu fonologia - sistemas de contraste, fones, alofones, alterações morfofonológicas?”, Disse que não. “Já aprendeu morfologia - os morfemas, alomorfes, processos de composição, flexão, derivação?” Não. Então, ficou claro que estava sendo explorado, que a presença dele estava sendo usada para promover o programa, inclusive financeiramente, mas ele não estava recebendo o treinamento. Ele é uma pessoa bem inteligente, bem simpática, mas não foi aproveitado o talento dele. Então, isso acontece. Por outro lado, há projetos

de documentação no Brasil que são de alta qualidade, equivalente aos projetos em qualquer país. Depende da seriedade e capacidade do organizador.

Na minha experiência, projetos de alfabetização na língua indígena e projetos de documentação da língua e cultura tradicionais, se bem feitos, podem ajudar bastante na revitalização de língua e da cultura. Projetos de economia alternativa, apropriados para indígenas, são extremamente importantes, dado o fato de que são os fatores econômicos que determinam o futuro. Apesar da importância de projetos econômicos apropriados, há pouca discussão do assunto e poucos sucessos. Inevitavelmente, a complexidade desses projetos é subestimada. Além dos problemas usuais de qualquer projeto econômico, os projetos indígenas envolvem questões de capacitação de indígenas que não têm tradição comercial ou de uso de dinheiro, de potencial exploração interna por elites indígenas, de potencial exploração externa por não indígenas (frequentemente despercebida pelos indígenas) e de interferência na subsistência e na cultura tradicional.

Sobre o que eu teria feito diferente, tem que ser muito cuidadoso, entender bem as pessoas, mas você nem sempre tem tempo e condições. Então tem uns 10% de pessoas em quem eu investi que não deram certo, houve complicações. É assim mesmo para qualquer coisa que você faz.

LS: Me fala um pouco sobre o que você tem feito em nível nacional.

DM: Logo depois da minha chegada, alguns linguistas brasileiros pediram para eu organizar um curso de treinamento, quando estavam tentando promover a linguística indígena. Então, fizemos um curso intensivo em 1988, em Belém. Foi o primeiro que foi feito nessa base - intensivo. Foi interessante, e teve bons resultados – muitas pessoas que fizeram o curso de formação em linguística descritiva continuaram na linguística indígena. Houve também um curso de métodos de campo organizado por Colette Grinevald, que era um destaque nesta área, na década de 90. Administro um curso intensivo em documentação digital de vez em quando.

No ano 2000, tive um convite para um congresso, um simpósio, na Alemanha, sobre a situação das línguas do Brasil e da América Latina. Isso foi antes do projeto DOBES ser criado (da Fundação Volkswagen, na Alemanha), o projeto de documentação de línguas em perigo de extinção. Comecei a olhar os dados publicados sobre as línguas do Brasil para preparar estas apresentações, porque não tinha prestado muita atenção. Aí eu vi que todo o mundo estava repetindo os mesmos dados ao longo dos anos. E, olhando com mais cuidado, eu vi que o que aparecia como o número de falantes na verdade era o número da população. E que o que aparecia como número de línguas era o número de etnias. Ninguém sabia de onde vinham esses números. Alguém foi às aldeias? Quem é que fez isso? Então, comecei a coletar dados sobre as línguas, entrevistando pessoas, e publiquei artigos sobre o assunto. O grau de perigo de extinção de línguas foi subestimado durante décadas, por causa desses números falsos. A situação realmente era muito pior do que as pessoas imaginavam.

Tendo feito essas investigações, eu podia contribuir como o autor principal do banco de dados de línguas para o censo de 2010, feito pelo IBGE. Infelizmente, o IBGE ainda não conseguiu se livrar

daquela confusão entre línguas e etnias. A lista de línguas, definidas na base da inteligibilidade mútua, está na tabela das línguas do censo de 2010, mas não está nos dados que foram divulgados pelos jornais, que incluem “línguas de identificação” (basicamente nomes de etnias) e línguas com falantes autodeclarados que provavelmente não são, de fato, mais faladas, por exemplo, Tupinambarana. O número total de línguas que foi divulgado foi, por mais incrível que pareça, 274, quando eu contei 154 em 2011.

Então, outra coisa foi o Inventário Nacional de Diversidade Linguística, que foi criado para levantar uma coisa interessante, cuja ideia era conhecer, com maior profundidade, a situação das línguas do Brasil. Isto foi planejado, mas demorou muito para resolverem como deveria ser implementado. Depois foi alterado, fugindo um pouco do diagnóstico que é essencial para se ter uma ideia da diversidade sociolinguística. Alguns assuntos potencialmente embaraçosos não foram mais considerados obrigatórios. Por exemplo, as pessoas hesitam em avaliar projetos de alfabetização, para ver se estão funcionando. Tem uma questão de perda, de repressão da religião indígena, que é muito frequente no Brasil, por parte de missionários. Lá em Rondônia tem vários grupos em que a religião indígena é proibida; o pajé não pode abrir a boca. Por ser embaraçoso, as pessoas também não gostam de falar sobre o assunto. O levantamento, também, completo, da população, deve incluir o número de falantes e semi-falantes. Mas não é mais obrigatório. Do jeito que está agora, os levantamentos do INDL (Inventário Nacional da Diversidade Linguística) podem incluir um diagnóstico, mas como não se tem que fazer isso obrigatoriamente, muitos não fazem, então esta é a situação atual.

Houve outra discussão política sobre a documentação. Quando a onda mundial de documentação linguística chegou no Brasil, houve uma proposta da FUNAI (Museu do Índio) para criar o programa ProDocLin. Isto ao mesmo tempo tinha financiamento de várias agências para promover documentação, introduzindo metodologia e tecnologia de documentação digital moderna no Brasil. Seria fonte de financiamento para os departamentos de linguística. Isso é bem interessante. Os indígenas tinham muito interesse no programa. Todavia, esse programa ProDocLin sofreu ataques de alguns linguistas e foi necessário defendermos o programa, junto com a Bruna Franchetto, o que, felizmente, teve sucesso. Foi muito bem visto internacionalmente. Inclusive, as comunidades estão muito contentes com esses projetos.

LS: Há bases de dados de línguas indígenas no Museu do Índio (FUNAI, Rio de Janeiro) e no Museu Goeldi (MCT, Belém)?

DM: Tem. Infelizmente, ainda há apenas dois arquivos digitais no Brasil. Um é o do Museu Goeldi, que foi feito, em grande parte, por Ana Vilacy Galucio, e o outro é o do Museu do Índio (FUNAI). O valor deles ficou claro quando o Museu Nacional pegou fogo. O resultado foi esse. Enquanto isso, estamos aumentando nosso arquivo, e tentando ajudar outras instituições, que querem aprender documentação, que querem deixar as gravações conosco, para grupos indígenas também, associações indígenas que querem gravar coisas para nós para ficar garantido que, daqui a cem anos, eles tenham acesso.

LS: Denny, o que você está fazendo agora, depois da sua aposentadoria?

DM: Eu sou voluntário da Área de Linguística do Museu Goeldi; estou tentando fazer serviço lá na parte de linguística. É muito legal trabalhar lá, porque tem pessoas extremamente competentes, pessoas que trabalham com respeito mútuo, cooperação, pessoas fazendo coisas bem interessantes, relevantes. Eu não resisto, tenho que fazer parte disso. Estamos trabalhando com documentação, além de descrição e análise linguística. Estou também trabalhando um pouco com economia alternativa, o que determina o futuro dos grupos indígenas. Também estou trabalhando na capacitação de indígenas e no treinamento dos jovens linguistas brasileiros. Estou voltando à pesquisa da língua Gavião, porque tenho mais tempo disponível. Deixei o peso da coordenação da Área de Linguística; tem pessoas bem competentes cuidando disso. Estou trabalhando com outras línguas e dialetos da família Mondé, do Tronco-Tupi, e estamos trabalhando em Tupi comparativo. Isso também está fazendo progresso. Casei no ano passado com uma bela e inteligente paraense. Então, estou num lugar muito bom. Agora, mesmo assim, ainda estou sempre ouvindo aquele tic-toc tic-toc do relógio, porque cada vez mais idosos conhecedores das tradições indígenas estão morrendo. Sempre tem problemas novos aparecendo no campo para os quais tem que se ajudar os povos. Isso está acelerando recentemente, eu acho, e exige muita atenção.

LS: Última pergunta: Que conselho você dá pra quem se interessa pelo estudo das línguas indígenas?

DM: É bom ter uma boa introdução ao trabalho de campo. Quer dizer, tem que entender como se comportar e como dar ajuda prática para os indígenas, que precisam de muita coisa, e o linguista pode contribuir. É essencial ter capacidade de ir para o campo, pelo menos para nós no Museu Goeldi, que é um instituto focado na Amazônia. O treinamento técnico em linguística também é essencial, especialmente as coisas básicas: como você determina classes de palavras (por exemplo, como você sabe se é um adjetivo ou não), como é que se determina a estrutura constituinte, como você sabe se é uma palavra ou duas palavras. Esse tipo de treinamento, para quem vai iniciar uma pesquisa de uma língua indígena, é essencial.

Principais publicações de Moore nas diversas áreas de atuação

BALÉE, W.; MOORE, D. Language, Culture and Environment: Tupi-Guarani Plant Words Over Time. In: Anna C. Roosevelt. (org.). *Amazonian Indians from Prehistory to the Present: Anthropological Perspectives*. Tucson: University of Arizona Press, 1994, pp. 363-380.

BRANDÃO, Ana Paula; EPPS, Patience; KUNG, Susan Smythe; MOORE, Denny; O'HAGAN, Zachary; ROSÉS LABRADA, Jorge. Acervos e a documentação linguística. *Cadernos de Linguística*. v. 4, p.e666, 2023. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/666>. (Versão em inglês: Archiving and language documentation, também 44 páginas, mesmo link). (1298 views, 112 downloads pdf (inglês), 92 downloads pdf (português))

DRUDE, Sebastian; BIRCHAL, Joshua; GALUCIO, Ana Vilacy; MOORE, Denny; VAN DER VOORT, Hein. Endangered languages in Brazil in 2021. In: *Endangered languages in the 21st Century*, org. por Eda DERHEMI e Christopher MOSELEY, 1. ed. Londres: Routledge, 2023, pp. 21-40.

FELZKE, Lediane Fani; MOORE, D. Terminologias de parentesco dos grupos da família linguística Mondé. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas*, v. 14, pp. 15-32, 2019.

GALUCIO, ANA VILACY; MEIRA, SÉRGIO; BIRCHALL, JOSHUA; MOORE, DENNY; GABAS JÚNIOR, NILSON; DRUDE, SEBASTIAN; STORTO, LUCIANA; PICAÑO, GESSIANE; RODRIGUES, CARMEN REIS. Genealogical relations and lexical distances within the Tupian linguistic family. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v. 10, pp. 229-274, 2015.

MEYER, Julien; MOORE, D. A Flute, Musical Bows and Bamboo Clarinets that -Speak- in the Amazon Rainforest; Speech and Music in the Gavião Language of Rondônia. *Frontiers in Psychology*, v. 12, p. 1, 2021. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2021.674289/full>. (3.700 views, 465 downloads, 1 citation)

MOORE, Denny. *The Language of The Gavião Indians of Rondônia*. (1984) Tese de Ph.D. New York: City University of New York, 1984.

MOORE, Denny. Nominal Stem and Adjective Stem Incorporation in Gavião. *International Journal of American Linguistics*, v. 51, pp. 513-515, 1985.

MOORE, Denny. Gavião Nominalizations as Relative Clause and Sentential Complement Equivalents. *International Journal of American Linguistics*, v. 55, pp. 309-325, 1989.

MOORE, Denny. Tonal System of the Gavião Language of Rondônia, Brazil, in Tupian Perspective. In: Shigeki Kaji. (org.). *Proceedings of the Symposium Cross-Linguistics Studies of Tonal Phenomena: Tonogenesis, Typology, and Related Topics*, Institute for the Study of Languages and Cultures of Asia and Africa (ILCAA). Tokyo: Tokyo University of Foreign Studies, 1999, pp. 297-310.

MOORE, Denny. Endangered Languages of Lowland Tropical South America. In: Matthias Brenzinger. (org.). *Linguistic Diversity Endangered*. Berlin: De Gruyter Incorporated, 2007, pp. 29-58.

MOORE, Denny. Conjunction and additive constructions in the language of the Gavião of Rondônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas*, v. 16, pp. 1-18, 2021.

MOORE, Denny; S. FACUNDES; N. PIRES. Nheengatu (Língua Geral Amazônica), its History, and the Effects of Language Contact. In: Margaret Langdon. (org.). *Survey of California and other Indian Language, Report 8, Proceedings of the Meeting of the Society for the Study of the Indigenous Languages of the Americas*. Ohio: Columbus, 1993, pp. 93-118.

Agradecimentos

Agradeço a Sara Storto Nassif pela transcrição da entrevista, que foi gravada em 8 de maio de 2019, por ocasião da Conferência Internacional da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) em Maceió.